

Sarney quer manter distância dos políticos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Arrisca-se a quebrar a cara quem ficar contando com o presidente José Sarney, daqui por diante. Em termos político-partidários, não vai dar. Se uma placa valesse, para ser colocada sobre sua mesa de trabalho, seria a de "Dirija-se ao balcão do lado". A disposição do chefe do governo é de deixar escoar pelo ralo quaisquer pleitos ou pretensões vinculados a contrapartidas legislativas. Considera encerrado o ciclo em que, para governar, precisava manter um olho no espelho retrovisor do Congresso. Agora, será cada um por si, valendo o princípio também para os governadores. Tome-se um exemplo.

Meses atrás, quando indagavam dele como se comportaria diante da própria sucessão, respondia que, sem deixar engajar o governo em nenhuma candidatura, apoiaria pessoalmente quem o seu partido indicasse. Torcia, naquela época, para que a Aliança Democrática funcionasse no processo sucessório, imaginando a possibilidade de uma chapa comum, entre o PMDB e o PFL. Pois mudou. Hoje, com seu mandato aparentemente reduzido para quatro anos, Sarney anuncia que fugirá da sucessão como o diabo da cruz. Não terá candidato, de forma alguma. Presidirá as eleições como magistrado, não permitirá que seus ministros se transformem em cabos eleitorais e, da maneira mais simples que puder, transmitirá a faixa a quem tiver sido eleito. Está certo, apenas, de que não repetirá o verame dado pelo general João Figueiredo, saindo pela porta dos fundos do Palácio do Planalto só para não transmitir-lhe o poder. Dentro do variado leque de pré-candidaturas, não se inclina por nenhuma, como não se inclinará por qualquer outra capaz de surgir.

Não há ressentimento nessa intenção do presidente da República, como faz questão de frisar. O fato de alhear-se até do nome que o PMDB vier a apresentar não significa revanche ou troca. Mas não exprimirá apenas isenção. Em seu entender, será o último serviço por ele prestado à consolidação democrática. Mantendo-se à margem da acirrada campanha prevista, zelará apenas pela garantia da ordem e pelo cumprimento das leis.

Passou o tempo, para Sarney, em que os presidentes da República empenhavam-se pela eleição de um determinado candidato, ou o impunham. Quem dispuser de mais votos, contando com as preferências populares, será eleito, diplomado e empossado. Quanto a ele, espera cumprir até o final de seu mandato um programa específico de realizações e opções administrativas, retirando-se depois, e definitivamente, da vida pública.

Parece difícil que mude de idéia, como ainda ontem comentou com o governador do Estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco, em audiência no Palácio do Planalto. Desfeita a Aliança Democrática e ficando evidente ter sido o PMDB o fator principal da fixação de seu mandato em quatro anos, nada tem mais a fazer, em termos político-partidários. Por isso, também, não admite interferir nas tendências constituintes. Vê uma prova de amizade na iniciativa do senador Edison Lobão, que recolhe assinaturas para apresentar na Constituinte emenda restabelecendo os cinco anos. Mas não dará um telefonema a qualquer senador ou deputado para pedir apelo

à iniciativa. O processo constituinte tem sido volúvel, ora os ventos sopram para um lado, ora para outro. Não importa, pois a decisão está tomada e não tem retorno: não moverá uma palha no sentido de influenciar os redatores da nova Constituição. Fez o que julgou de seu dever fazer: abrir mão de um ano de mandato, já que foi eleito para governar seis anos. Ocupou uma cadeira de rádio e televisão para explicar isso. A Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte entendeu diferente. Se houve ilegalidade, exorbitância de competência ou até golpe de Estado, como sustenta o consultor-geral da República, Saulo Ramos, não se envolverá na questão. Sede de poder é doença que jamais o atacou. Acatará a decisão final dos constituintes, qualquer que seja. Sem interferir ou, nem sequer, pronunciar-se de público, a respeito.

O interesse do presidente concentra-se na tentativa de realizar um programa possível, destinado a conter a espiral inflacionária e a minorar as agruras dos menos favorecidos. Vale, de agora em diante, a sua "opção pelo social". Não se entregará a contar o tempo até o final de seu período administrativo, como se nada mais tivesse a fazer. Deseja agir até com mais dinamismo do que antes, quando tinha problemas políticos a obstar seus passos. Livre de compromissos partidários, interessa-lhe juntar à consolidação democrática, que vem sustentando, um elenco de medidas de vulto na administração. Com isso terá cumprido seu dever, valendo o refrão de que veio de muito longe para não deixar passar em branco sua permanência na chefia do Executivo.

Não está, e a imagem comparativa ainda é de seu indigitado antecessor, disposto a solicitar do povo que o esqueça. Pelo contrário, quer ser lembrado como alguém que empenhou o máximo de seus esforços. Muita coisa não deu certo. Assume a responsabilidade. Mas não permitirá que lhe tirem a evidência de ter sido um dos presidentes da República que mais contribuiu para reimplantar a democracia no País. Nunca se respirou clima de tanta liberdade, entre a ebulição de forças antes contidas e de repente liberadas para exprimir-se.

Menos como desabafo, mais como delimitação de atribuições, o presidente Sarney aferra-se às diretrizes e aos conceitos acima expostos, nas conversas que vem mantendo com parlamentares, governadores e jornalistas. Saliencia que raras vezes sentiu-se tão bem, com um roteiro tão claro a seguir. Não cederá à tentação de atuar política e partidariamente no sentido de alterar as coisas. Para satisfação, até, de sua família. Não está em retrada, muito menos debandando. Apenas balizou os limites de sua ação.

Por enquanto, entre os pré-candidatos à sucessão, essa atitude de Sarney não despertará consequências. Talvez gere algum sorriso de descaço. Todos, sem exceção, julgam dispor de melhores condições de fixação caso se mantenham afastados do chefe do governo, cuja imagem popular não é boa. Mesmo Areliano Chaves e Ulysses Guimarães precisam da distância. Quando o dia das eleições se aproximar, talvez deixem de pensar assim. Governo é governo, em toda parte, e alguns estímulos e incentivos sempre produzem efeito. Paciência, os prejudicados serão eles.